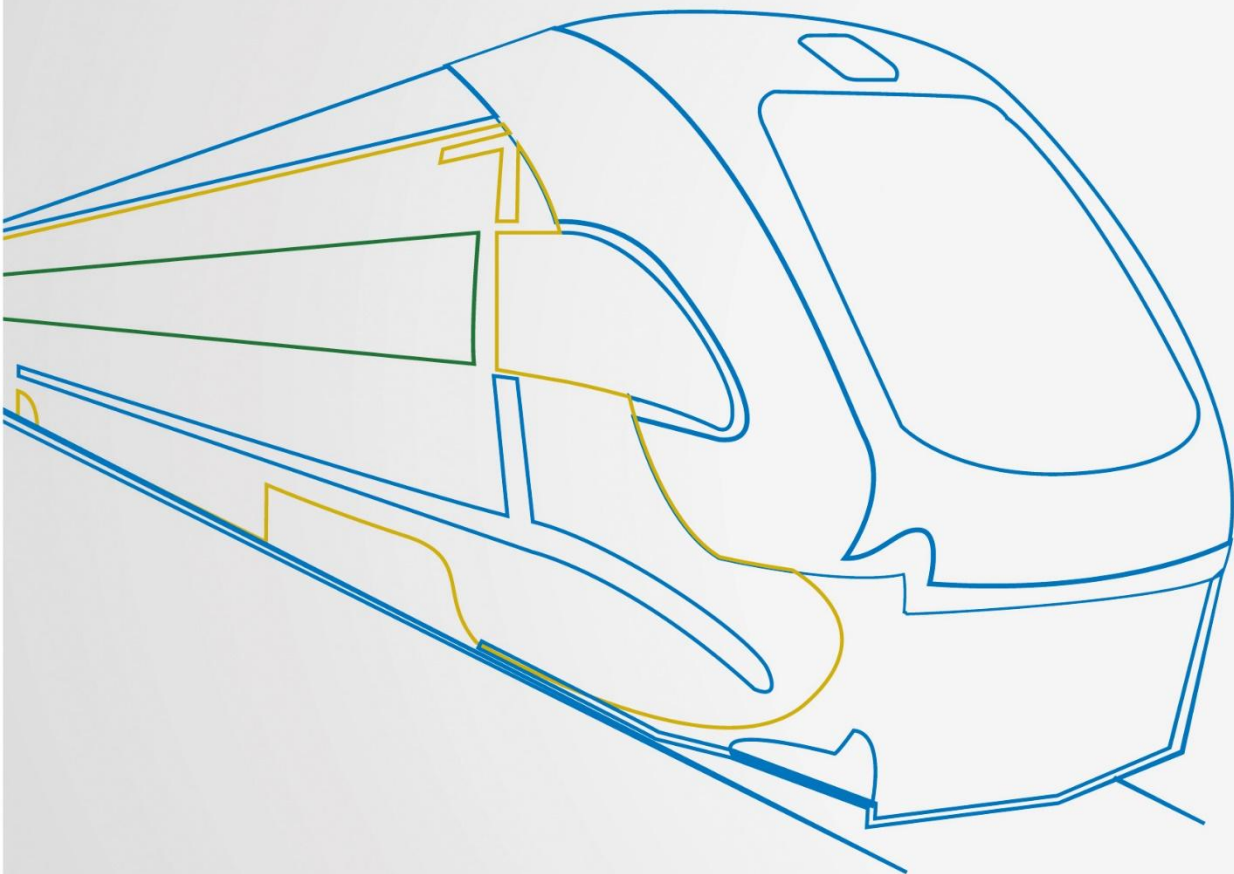


CONTRATO Nº 027-2024/DT

CBTU
COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

&

ACSO - CENTRAL DE SERVIÇOS DO AÇO LTDA



CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS



**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

CONTRATANTE: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU**CONTRATADA: ACSO - CENTRAL DE SERVIÇOS DO AÇO LTDA****CLÁUSULAS CONTRATUAIS**

CLÁUSULA PRIMEIRA:	- OBJETO
CLÁUSULA SEGUNDA:	- PRAZO DE VIGÊNCIA
CLÁUSULA TERCEIRA:	- INÍCIO DO FORNECIMENTO
CLÁUSULA QUARTA:	- FORMA DO RECEBIMENTO
CLÁUSULA QUINTA:	- RECEBIMENTO DO OBJETO
CLÁUSULA SEXTA:	- VALOR DO CONTRATO
CLÁUSULA SÉTIMA:	- FORMA DE PAGAMENTO
CLÁUSULA OITAVA:	- DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
CLÁUSULA NONA:	- REAJUSTE
CLÁUSULA DÉCIMA:	- GARANTIA DE EXECUÇÃO E DE MATERIAL
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:	- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:	- OBRIGAÇÕES DA CBTU
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:	- TRIBUTOS
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:	- EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADES
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:	- GESTÃO E FISCALIZAÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:	- SUBCONTRATAÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:	- SIGILO
CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:	- CESSÃO DO CONTRATO
CLÁUSULA DÉCIMA NONA:	- ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CLÁUSULA VIGÉSIMA:	- SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA:	- EXTINÇÃO E RESCISÃO
CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA:	- RECURSO ADMINISTRATIVO
CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA:	- COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA:	- ANEXOS
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA:	- CASOS OMISSOS
CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA:	- PROTEÇÃO DE DADOS
CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA:	- DIREITOS PATRIMONIAIS E AUTORAIS
CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA:	- PUBLICAÇÃO
CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA:	- DIPOSIÇÕES GERAIS
CLÁUSULA TRIGÉSIMA:	- FORO

**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

Contrato de Aquisição que entre si celebram, de um lado a **COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU** e do outro, **ACSO - CENTRAL DE SERVIÇOS DO AÇO LTDA**, na forma abaixo:

PREÂMBULO

A **COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU**, inscrita no CNPJ-ME sob o nº 42.357.483/0001-26, com sede no Setor Bancário Norte- SBN, quadra 01, bloco B, nº 14, Edifício CNC, 9º ao 13º andar, Asa Norte, em Brasília - DF, CEP: 70.041-902, nesta cidade, doravante denominada **CBTU**, neste ato representada por seu Diretor-Presidente **JOSÉ MARQUES DE LIMA**, portador da Carteira de Identidade nº [REDACTED], emitida pela SSP/PE, inscrito no CPF/ME sob o nº [REDACTED] e por sua Diretora de Técnica **ADRIANA FINSECA LINS**, portador da carteira de identidade nº [REDACTED] expedida pela CREA/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº [REDACTED] e a empresa **ACSO - CENTRAL DE SERVIÇOS DO AÇO LTDA**, inscrita no CNPJ-ME sob o nº 13.692.691/0001-83, com sede na Rodovia Curitiba - Quatro Barras, nº 3.585, BR 277, Sítio Cercado, Curitiba/PR, CEP: 81.935-002, doravante denominada **CONTRATADA** neste ato representada pelo CEO, **LUIZ ALFREDO BASTIANI**, portador da Carteira de Identidade nº [REDACTED], expedida pela SSP/PR, inscrito no CPF/ME sob o nº [REDACTED], vem celebrar o presente Termo de Contrato, em decorrência do **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 009/2024/GALIC/AC/CBTU**, Processo Administrativo **PROT nº 6.298/2023** e em observância às disposições da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, do Decreto 8.945, de 27 de dezembro de 2016, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, e alterações posteriores, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CBTU – RILC/CBTU e dos preceitos de direito privado, bem como em harmonia com os princípios constitucionais, princípios da Administração Pública, disposições do Tribunal de Contas da União e pelas Cláusulas e Condições a seguir enunciadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto **aquisição de 939,53 toneladas de Trilhos TR-45 (massa nominal de 44,64 kg/m), novos, fabricados e ensaiados de acordo com a ABNT NBR 7590:2012, conforme especificações, constantes do Termo de Referência, que é parte integrante deste instrumento – Anexo I.**

**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

1.2. Integram, ainda, o presente contrato a proposta apresentada pela **CONTRATADA** – Anexo II, bem como o edital da licitação SRP Nº 009/2024/GALIC/AC/CBTU, e o Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios, da CBTU – RILC/CBTU, disponível em: https://www.cbtu.gov.br/images/licitacoes/rilc_cbtu_2020.pdf; independentes de transcrição.

1.3. Em caso de divergência ou contradição entre as disposições dos documentos mencionados nos itens anteriores e as deste contrato, prevalecerão as regras contidas no edital da licitação.

1.4 O objeto contratado será realizado por regime de execução por preço unitário.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência do contrato será de 08 (oito) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato.

2.2. O presente contrato poderá ser prorrogado por interesse das partes nos termos do art. 71, da Lei nº 13.303/2016 e do art. 233, do RILC/CBTU, até o limite de 5 (cinco) anos, mediante celebração de Termo Aditivo.

2.3. A **CONTRATADA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. Durante toda a execução deste contrato a **CONTRATADA** se compromete a observar, integralmente, os dispositivos previstos no Código de Ética, no Código de Conduta e Integridade e na Política de Transações com Partes Relacionadas, todos elaborados pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU.

2.5. Para efeito de cumprimento da regra supracitada, os documentos referidos no item anterior se encontram disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos, facultando-se à **CONTRATADA**, ainda, solicitar formalmente cópia daqueles ao gestor deste instrumento:

2.5.1. Código de Ética:

<https://www.cbtu.gov.br/images/home/acbtu/codigodeeticacbtu190918.pdf>;

2.5.2. Código de Conduta e Integridade: https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/codigo_de_conduta_e_integridade.pdf; e

2.5.3. Política de Transações com Partes Relacionadas:

https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/politica_de_transacoes_com_partes_relacionadas.pdf.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – INÍCIO DO FORNECIMENTO



3.1. O prazo para início do fornecimento das peças será de 180 (cento e oitenta) meses corridos iniciar-se-á mediante a emissão pela **CBTU** da 1ª OEX (Ordem de Execução) e o aceite do referido documento pela **CONTRATADA**.

3.1.1. Os locais das entregas dos trilhos serão realizados nos seguintes endereços:

UNIDADE	ENDEREÇO
STU João Pessoa	Pátio de Cabedelo – Rua Cleto Campelo, s/n, Centro, Cabedelo -PB. CEP: 58.100-130
	Estação Jacaré - Rua Jair Cunha, s/n, Jacaré, Cabedelo /PB. CEP: 58.105-700
	Estação Bayeux - Rua Gustavo Maciel Monteiro, 847-853, Centro, Bayeux /PB. CEP: 58.307-240

3.1.2. A entrega dos trilhos deverá ser realizada no seguinte horário:

a) 8h30min às 11h30min e de 13h30min. às 16h00min de segunda a sexta, exceto feriados. Para todas as localidades, a **CONTRATADA** deverá fazer contato prévio com a gestão do contrato, com até 48 horas de antecedência, para agendamento da entrega. ;

3.2. Será emitida uma Ordem de execução - OEX para cada exercício fiscal.

3.3. O prazo previsto no item 3.1, da Cláusula Terceira poderá ser suspenso, por acordo entre as partes, desde que ocorra motivo imperioso e extraordinário, devidamente justificado e comprovado, fato que ensejará a suspensão da execução do contrato enquanto perdurarem os motivos relevantes.

3.3.1. Também será permitida a suspensão do contrato por motivo de força maior devidamente comprovada.

3.4. Além das hipóteses previstas no item anterior, este contrato poderá ser suspenso no caso de indisponibilidade de limite de empenho ou de limite financeiro decorrente de contingenciamento do orçamento fiscal da União.

3.4.1. Neste caso a **CBTU** deverá notificar formalmente a **CONTRATADA** acerca da suspensão, com **antecedência mínima de 30 (trinta) dias**.

3.5. A suspensão será formalizada através de **Termo Aditivo**, onde será definida, sempre que possível, a expectativa de prazo para o reinício da execução, sendo recomendável a elaboração de cronograma de execução.

3.6. Nestes casos a **CBTU** atribuirá ao contrato a título de prorrogação, um acréscimo de prazo igual ao período de tempo de suspensão.

4. CLÁUSULA QUARTA – FORMA DE FORNECIMENTO



- 4.1. O objeto contratual será fornecido conforme especificações e detalhamentos que constam do Termo de Referência, ANEXO I do presente Contrato.
- 4.2. No fornecimento, a **CONTRATADA** se compromete a cumprir as normas e especificações vigentes, observando os procedimentos técnicos mais avançados.
- 4.3. Reserva-se à **CBTU** o direito de estabelecer normas e instruções complementares visando a melhor forma de fornecimento.

5. CLÁUSULA QUINTA – RECEBIMENTO DO OBJETO

- 5.1. O recebimento do objeto contratual será feito pela **CBTU**, da seguinte forma:
- 5.1.1 A liberação para embarque dos trilhos dar-se-á após a execução de todas as verificações, ensaios e contra-ensaios sob a supervisão da Certificadora e mediante o aceite e liberação do embarque pela fiscalização da **CBTU**.
- 5.1.2. Os trilhos deverão ser carregados e transportados em amarrados com placas metálicas de identificação de modo que cheguem ao local de entrega em perfeitas condições. A **CONTRATADA** poderá sugerir, opcionalmente, outro tipo de embalagem, desde que explicitamente detalhadamente em sua proposta o tipo de amarrado ou embalagem a ser utilizada, para que o mesmo possa ser analisado e, se for o caso, aprovado pela **CBTU**.
- 5.1.3. A responsabilidade pela carga, descarga e empilhamento do material é exclusiva da **CONTRATADA**, cabendo ao responsável pelo almoxarifado da **CBTU** a conferência das quantidades e verificação da existência de possíveis danos ocorridos durante a carga, transporte e/ou descarga.
- 5.1.4. Na ocorrência de danos no material, este pode ser recusado pelo responsável pelo recebimento, lavrando no ato um Termo de Não Recebimento de Material, onde será discriminado a quantidade e o motivo do não aceite.
- 5.1.5. A aceitação final somente será concretizada após todos os reparos e correções necessárias exigidas pela fiscalização, e mediante a emissão pela **CBTU** dos Termos de Recebimento Definitivo. Não haverá recebimento provisório ou parcial.
- 5.1.6. Serão medidos e pagos os quantitativos previamente aprovados, fornecidos e entregues nos locais indicados pela Fiscalização em cada uma das cidades descritas neste Termo, após a atestação da qualidade e estado dos trilhos entregues, e emissão do respectivo Termo de Recebimento Definitivo da remessa

**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

5.2. O descarregamento do produto ficará a cargo do fornecedor, devendo ser providenciada a mão de obra necessária.

5.3. Nos casos em que dispensado o recebimento provisório, previstos no art. 226, do RILC/CBTU, o recebimento se dará definitivamente, pelo gestor do contrato, uma vez verificado que o objeto contratual está em conformidade com as exigências do contrato, do termo de referência e da proposta apresentada pela **CONTRATADA**.

5.3.1. Na hipótese desse item, o recebimento será feito mediante recibo.

5.4. O objeto não será recebido se fornecido em desacordo com o contrato, o termo de referência e/ou a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, sujeitando-a, neste caso às penalidades previstas neste contrato e no RILC/CBTU.

5.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, principalmente quanto à solidez e segurança do serviço, nem ético profissional pela perfeita execução nos limites estabelecidos pelo Código Civil Brasileiro e por este contrato.

5.6. Nos casos devidamente justificados, os prazos para recebimento provisório e definitivo poderão ser prorrogados mediante autorização da autoridade competente, formalizada através de Termo Aditivo, desde que celebrado anteriormente ao término da vigência contratual.

5.7. Conforme disciplinado nos artigos 12 a 17 da Lei n.º 8.078/90 CDC, o aceite/aprovação do(s) produto(s) pela **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se a CBTU as faculdades previstas no art. 18 da mesma lei.

6. CLÁUSULA SEXTA– VALOR DO CONTRATO

6.1. Pela aquisição, objeto do presente Contrato, a **CBTU** pagará à **CONTRATADA** o valor global de **R\$ 7.841.101,50 (Sete milhões e oitocentos e quarenta e um mil e cento e um reais e cinquenta centavos)**, conforme proposta da contratada, que será pago de acordo com os materiais fornecidos.

6.2. No valor total previsto acima estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, necessárias à completa aquisição do objeto contratado, além das despesas relativas ao apoio administrativo, escritórios, encargos relativos às leis sociais e trabalhistas, seguros, taxas, licenças e tributos de qualquer natureza, que incidam ou venham a incidir sobre o Contrato ou sobre o seu objeto, indispensáveis ao cumprimento integral do objeto da contratação.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – FORMA DE PAGAMENTO



7.1 O pagamento será efetuado, em moeda nacional, em até o 30º (trigésimo) dia seguinte ao da apresentação e aceitação dos documentos de cobrança, que deverão ser enviados ao protocolo da **CBTU**, cujo endereço será fornecido pela gestão/fiscalização do contrato, desde que haja a devida atestação pelos Srs. Gestor e Fiscal do contrato.

7.2. Os documentos de cobrança enviados à **CBTU** pela **CONTRATADA** deverão ser encaminhados, **obrigatoriamente**, por intermédio do formulário PROPAG – Processo de Aprovação e de Pagamento de Documento de Cobrança.

7.2.1 Antes de cada pagamento à **CONTRATADA**, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no EDITAL.

7.2.2. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da **CONTRATADA**, será providenciada uma comunicação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CBTU.

7.3. Deverá ser apresentada, sob pena de não pagamento, a seguinte documentação pela **CONTRATADA**:

7.3.1. Nota fiscal/fatura devidamente atestada pela gestão/fiscalização do contrato;

7.3.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, na forma da lei; e

7.3.3. Prova de regularidade com o Sistema da Seguridade Social, relativa ao INSS e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, na forma da lei.

7.4. No caso de contratos com pagamentos por etapas, a **CONTRATADA** poderá apresentar os documentos de cobrança à **CBTU** tão logo ocorra a atestação pela fiscalização/gestão do cumprimento das etapas contratuais previstas.

7.4.1 Caso incorra em alguma das seguintes condutas: I – não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; II – deixar de fornecer os materiais, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.5. Na hipótese de ocorrer algum tipo de irregularidade nos documentos de cobrança emitidos, a **CBTU** notificará por escrito à **CONTRATADA** para que sejam procedidas as devidas correções. Caso o problema seja detectado nos 5 (cinco) primeiros dias úteis após a entrega da fatura pela **CONTRATADA**, a contagem do prazo de pagamento será reiniciada após a entrega dos documentos corrigidos. Por outro lado, se a **CBTU** perceber algum erro após o 5º (quinto) dia útil da entrega dos



referidos documentos, a contagem de tempo para pagamento será interrompida, reiniciando a sua contagem quando do recebimento no protocolo da **CBTU** dos documentos corrigidos.

7.5.1. Na hipótese do item acima, a documentação corrigida poderá ser entregue diretamente à gestão/fiscalização do contrato, desde que possível a efetiva comprovação da data do recebimento.

7.6. Do valor das faturas a serem pagos serão deduzidos/retidos os encargos fiscais e previdenciários cabíveis, de acordo com a legislação e as normas internas pertinentes.

7.7. No caso de eventuais atrasos de pagamento de obrigações contratuais, incidirão sobre os valores devidos juros moratórios simples de 6% (seis por cento) ao ano, ou seja 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, “pro rata die”, desde a data do vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento da obrigação principal.

7.8. A atualização monetária por eventuais atrasos de pagamento das obrigações contratuais será calculada com base na variação do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, “pro rata die”, desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento da obrigação principal.

7.9. No caso da documentação apresentar alguma irregularidade, será considerada para aplicação do disposto nos itens 7.7 e 7.8 a data do recebimento da documentação devidamente regularizada na **CBTU**.

8. CLÁUSULA OITAVA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista para o exercício de **2024**, conforme classificação abaixo:

8.1.1. Programa de Trabalho: 15.453.0032.2843.0001

8.1.2. Elemento de Despesa: 449052

8.1.3. Plano Interno: P1TQMAVVP

8.1.4. Categoria Econômica: Despesa de Capital

8.1.5. Nota de Empenho: 2024 NE 2779, data 06/12/2024.

8.2. A despesa para os exercícios subsequentes, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada a **CBTU**, pela Lei Orçamentária Anual.

9. CLÁUSULA NONA – REAJUSTE



9.1. O valor consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data da apresentação da proposta final adjudicada.

9.2. O valor do contrato será reajustado, desde que seja observada a periodicidade anual, aplicando-se a variação do Índice de Preços ao Produtor Amplo – Indústria de Transformação Metalúrgica Básica, observada a fórmula a seguir:

$R = P_0 [(I - I_0) / I_0]$ sendo:

R = Valor do reajuste procurado;

P_0 = Valor da medição a ser reajustada;

I = Índice de Preços do Produtor Amplo – Indústria de Transformação Metalúrgica Básica – 1006823, publicado na revista Conjuntura Econômica da FGV, correspondente ao mês de reajuste anual do contrato;

I_0 = Índice de Preços do Produtor Amplo – Indústria de Transformação Metalúrgica Básica – 1006823, publicado na revista Conjuntura Econômica da FGV, correspondente ao mês da data base.

Data Base: data limite para apresentação da proposta ou do último reajuste.

9.3. Tratando-se de contrato celebrado em moeda estrangeira não será aplicável a adoção do índice de reajuste nacional previsto no item 9.2, uma vez que o pagamento se dará com base no valor da moeda estrangeira vigente no dia útil imediatamente anterior à data do efetivo pagamento, nos termos do art. 23-A, § 4º, do RILC-CBTU; hipótese em que restará garantida a manutenção das condições efetivas da proposta apresentada na licitação.

9.4. A adoção da regra prevista no item anterior não impede a realização de revisão contratual, objetivando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nos termos do art. 81, inciso VI, da Lei nº 13.303/2016; desde que efetivamente demonstrados os requisitos legais pela parte interessada na revisão.

9.5. A matriz de riscos definida no Anexo é parte integrante deste Termo de Referência e estabelece os riscos e responsabilidades entre as partes e caracteriza o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. A **CONTRATADA** prestará garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo, nos termos do parágrafo primeiro, do art. 70, da Lei nº 13.303/2016, optar pelas modalidades relacionadas abaixo:



10.1.1. Caução em dinheiro: deverá ser depositada na Caixa Econômica Federal – CEF, em conta específica com correção monetária, em favor da **CBTU**, conforme orientação da gestão do contrato;

10.1.2. Seguro-garantia: a apólice de seguro deverá ser emitida por instituição autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, a operar no mercado securitário;

10.1.3. Fiança bancária: a Carta de Fiança deverá ser emitida por instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil – BACEN, a funcionar no Brasil.

10.2. A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CBTU** o comprovante de prestação da garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do protocolo de entrega da via do contrato assinado.

10.2.1. A **CONTRATADA** poderá solicitar por escrito, com as devidas justificativas, antes do término do prazo acima mencionado, a prorrogação do prazo para a apresentação da garantia, por igual período, por uma única vez, cujo deferimento ficará a critério da **CBTU**, mediante anuência da gestão do contrato.

10.3. A garantia prestada assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

10.3.1. prejuízos advindos pelo descumprimento do objeto do contrato e/ou do inadimplemento das demais obrigações nele previstas;

10.3.2. prejuízos causados à administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

10.3.3. as multas sancionatórias aplicadas pela **CBTU** à **CONTRATADA**; e

10.3.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza não cumpridas pela **CONTRATADA**.

10.4. Não serão aceitas garantias na modalidade seguro-garantia em cujos termos não constem expressamente os eventos indicados nos subitens 10.3.1 a 10.3.4, do item anterior.

10.5. Na hipótese de a garantia se consolidar por meio de seguro-garantia ou fiança bancária, estes deverão ter validade de, no mínimo, 90 (noventa) dias além do vencimento do prazo contratual, quando então o instrumento será devolvido à **CONTRATADA** após a verificação do cumprimento de todas as obrigações contratuais e emissão do Termo de Encerramento do Contrato.

10.6. Quando a garantia se consolidar através de seguro-garantia, a **CONTRATADA** deverá comprovar o pagamento integral do prêmio.

10.6.1. A apólice de seguro deverá prever expressamente a responsabilidade da seguradora por todas e quaisquer multas de caráter sancionatório aplicadas à **CONTRATADA**.



10.7. A **CBTU** oferecerá modelo de Carta de Fiança, onde constará a renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem previsto no art. 827, nos termos do inciso I, do art. 828, ambos do Código Civil Brasileiro.

10.7.1. À garantia prestada mediante fiança bancária aplica-se, ainda, as regras previstas nos artigos 835 a 839, do Código Civil Brasileiro.

10.8. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia, previsto no item 10.2 desta Cláusula, acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor total do contrato, por dia de atraso, até o limite máximo de 5% (cinco por cento).

10.9. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a **CBTU** a promover a rescisão do contrato, por descumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas deste contrato, nos termos do art. 68, inciso VII, da Lei nº 13.303/2016 e dos artigos 239 e 240, I, do RILC/CBTU.

10.10. Em caso de alteração do valor contratual, prorrogação do prazo de vigência, utilização total ou parcial da garantia pela **CBTU** ou, ainda, em outras situações que impliquem em perda ou insuficiência da garantia, a **CONTRATADA** deverá providenciar a complementação ou substituição da garantia prestada no prazo determinado pela **CBTU**, observadas as condições originais para aceitação da garantia estipuladas nesta Cláusula.

10.11. O garantidor deverá declarar expressamente que tem plena ciência dos termos do edital e das cláusulas contratuais.

10.12. Será considerada extinta a garantia:

10.12.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento da importância em dinheiro depositada a título de garantia, acompanhada de declaração da **CBTU**;

10.12.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência, caso a **CBTU** não comunique a ocorrência de sinistros.

10.12.3. Em ambos os casos previstos nos subitens anteriores, deverá ser emitido pela **CBTU** o Termo de Encerramento, cientificando que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do contrato.

10.13. A **CBTU** não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

10.13.1. Caso fortuito ou força maior;

10.13.2. Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador;

10.13.3. Descumprimento das obrigações pela **CONTRATADA** decorrentes de atos ou fatos praticados pela **CBTU**;



10.13.4. Atos ilícitos dolosos praticados pelos empregados da **CBTU**.

10.14. Caberá a própria **CBTU** apurar a isenção da responsabilidade prevista nos subitens 10.13.3 e 10.13.4 desta Cláusula, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pela **CBTU**.

10.15. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas no item 10.13 desta Cláusula.

10.16. GARANTIA DO MATERIAL:

10.16.1. Ao material objeto desse TR, Trilhos TR-45, deverá ser dada a garantia até 31 de dezembro do ano N + 5, sendo N o ano de fabricação, conforme o item 6.19 da EMVP.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Além das obrigações constantes das demais cláusulas contratuais, do **Edital de Licitação**, do **Termo de Referência** e da **Proposta**, partes integrantes deste termo de contrato, independente de transcrição, cabe à **CONTRATADA** o cumprimento das seguintes obrigações:

11.1.1. Manter, durante a vigência deste contrato, todas as condições de habilitação exigidas quando da contratação, devendo proceder com a comprovação sendo que solicitado pela **CBTU**;

11.1.2. Comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de licitar e contratar com a **CBTU**, nos termos da Lei nº 13.303/2016;

11.1.3. Cumprir, dentro dos prazos estipulados, as obrigações contratuais assumidas;

11.1.4. Respeitar as normas e procedimentos internos da **CBTU**, inclusive os relativos ao acesso às dependências da Companhia, visando à perfeita execução do objeto deste contrato, apresentando as informações solicitadas e os documentos comprobatórios do adequado cumprimento das obrigações contratuais.

11.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

11.2. São expressamente vedadas à **CONTRATADA**:

11.2.1. A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da **CBTU**;

11.2.2. Ceder ou transferir a terceiros o presente Contrato, no todo ou em parte, sem prévio e expresso consentimento da **CBTU**.



11.3. A **CONTRATADA** deverá observar, integralmente, durante toda a execução deste instrumento, os dispositivos previstos no Código de Ética, no Código de Conduta e Integridade e na Política de Transações com Partes Relacionadas, todos elaborados pela **CBTU**.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DA CBTU

12.1. Além das obrigações constantes das demais cláusulas contratuais, do edital de licitação, do termo de referência e da proposta, partes integrantes deste termo de contrato, independente de transcrição, cabe à **CBTU**:

12.1.1. Fornecer todas as informações, esclarecimentos e documentos necessários à **CONTRATADA** para a perfeita execução do contrato;

12.1.2. Realizar o recebimento do objeto contratual, quando o mesmo estiver em conformidade com as especificações constantes deste contrato e do termo de referência;

12.1.3. Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;

12.1.4. Fornecer condições adequadas para instalação dos equipamentos, quando for o caso;

12.1.5. Aplicar à **CONTRATADA** as penalidades contratuais e legais cabíveis, mediante procedimento administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

12.1.6. Expedir após vencido o prazo do Contrato, Termo de Quitação Recíproca, a ser assinado pelas partes, desde que não existam pendências físicas e/ou financeiras no Contrato.

12.1.7. Cumprir, também, as responsabilidades constantes do Termo de Referência, ANEXO I.

12.1.8. Indicar os empregados para a gestão e fiscalização do contrato.

12.2. A **CBTU** deverá disponibilizar à **CONTRATADA**, através do gestor deste contrato, seu Código de Ética, seu Código de Conduta e Integridade e sua Política de Transações com Partes Relacionadas, em meio eletrônico e/ou físico.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – TRIBUTOS

13.1. Atribui-se à **CONTRATADA** a responsabilidade pelo pagamento de quaisquer tributos existentes à data da assinatura do Contrato, seja obrigação acessória ou principal e cuja incidência decorra, direta ou indiretamente, do negócio jurídico aqui formulado, bem como seguros e licenças exigidas pelo Poder Público.



13.2. A inadimplência da **CONTRATADA** com referência aos encargos mencionados no item anterior, não transfere à **CBTU** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato ou restringir a regularização.

13.3. Em caso de alteração das alíquotas dos tributos ou instituição de novos a partir da data da apresentação da proposta que venham a incidir diretamente nos preços do objeto do Contrato, estes preços poderão ser alterados desde que comprovado por meio de documento hábil a ser apresentado pela **CONTRATADA** tão logo sejam oficialmente publicados.

13.4. O disposto no item anterior não se aplica se qualquer dos eventos acima resultar de mora imputável à **CONTRATADA**.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADES

14.1. As partes não são responsáveis pelo inadimplemento que resultar de casos fortuitos ou de força maior previsto no artigo 393 do Código Civil Brasileiro.

14.2. A parte cuja obrigação for impedida ou retardada por qualquer dos fatos ou atos acima mencionados, deverá, imediatamente, comunicar e provar a ocorrência, expondo as razões pelas quais está compelida a retardar a execução do pactuado.

14.3. Cessando o impedimento, aplica-se, se for o caso, o disposto nos itens 3.3 e 3.6 da Cláusula Terceira.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

15.1. Cada uma das partes designará gestor e fiscal, mediante troca de correspondência no prazo de 10 (dez) dias contados da assinatura do presente contrato, sendo suas deliberações suficientes para o cumprimento das obrigações dos cronogramas físico e financeiro do contrato. Tais documentos serão havidos como parte integrante e complementar do presente contrato.

15.2. A fiscalização e a supervisão do Contrato ficarão a cargo da **CBTU**, que, entre outras atribuições que lhe são próprias, terá o encargo de acompanhar a execução do contrato e sua conformidade com as disposições contratuais, apontando os atrasos e fatos ocorridos durante a execução dos serviços passíveis de sanções.

15.2.1. As atividades de fiscalização deverão observar as regras estabelecidas neste contrato, no edital de licitação, no termo de referência e na proposta da **CONTRATADA**, bem como a legislação aplicável e as normas internas específicas da **CBTU**, em especial o RILC/CBTU ou outra que venha a substituí-la.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - SUBCONTRATAÇÃO



16.1. A **CONTRATADA**, desde que autorizada prévia, formal e expressamente pela **CBTU**, poderá subcontratar partes do objeto contratual, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

16.2. A **CONTRATADA** não poderá subcontratar a execução da parte do objeto referente às obras ferroviárias uma vez que constitui parte de relevância técnica do objeto.

16.3. A subcontratada deverá atender, em relação ao objeto da subcontratação, as mesmas exigências de habilitação, em especial as de qualificação técnica, exigidas da **CONTRATADA** no certame licitatório.

16.4. A subcontratação sem a autorização da **CBTU** a que se refere o item 16.1 desta Cláusula ou em desacordo com o estabelecido no art. 78, § 2º, da Lei 13.303/2016 e no art. 224, § 2º, do RILC/CBTU, caracteriza-se como inadimplemento contratual, ensejando à **CONTRATADA** as sanções previstas neste contrato.

16.5. A **CONTRATADA** é responsável por quaisquer atos e/ou omissões praticados pela subcontratada, em decorrência da execução do objeto deste contrato.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – SIGILO

17.1. A **CONTRATADA** se compromete a manter sigilo relativamente aos dados, materiais, documentos e informações de natureza sigilosa que venha a ter acesso em decorrência da execução deste contrato, responsabilizando-se pela orientação de seus empregados acerca desta Cláusula e respondendo, em caso de descumprimento da mesma, na forma da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e demais normas aplicáveis.

17.2 A **CONTRATADA** se obriga por si e por seus empregados, prepostos e/ou colaboradores a manter a confidencialidade e sigilo relativo a qualquer informação obtida em razão do presente contrato. A **CONTRATADA** reconhece que tanto este contrato como todos os documentos, dados e informações dele decorrentes constituem dados e elementos confidenciais reservados, que só poderão ser revelados a terceiros com o prévio consentimento por escrito da **CONTRATANTE** ou em consequência de imposição legal. A obrigação de sigilo perdurará na vigência do Contrato e 5 (cinco) anos após o seu término. A **CONTRATADA** assume também total responsabilidade por quebra de sigilo realizada por seu empregado, preposto e/ou colaborador.

17.3 A **CONTRATADA** obriga-se a cientificar expressamente seus empregados, prepostos, contratados e/ou terceiros a ela relacionados sobre o caráter sigiloso das informações, tomando todas as medidas necessárias para que as mesmas sejam divulgadas tão somente aos empregados, prepostos, contratados e/ou terceiros a ela relacionados que necessitam ter acesso a elas, para propósitos deste Contrato.



17.4 A não-observância de quaisquer das disposições de confidencialidade estabelecidas neste instrumento, sujeitará à **CONTRATADA**, como também ao agente causador ou facilitador, por ação ou omissão de qualquer daqueles relacionados deste contrato, ao pagamento, ou recomposição, de todas as perdas e danos, bem como as de responsabilidade civil e criminal respectivas, bem a como a multa contratual de até 10% (dez por cento) do valor inicial do contrato.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – CESSÃO DO CONTRATO

18.1. Fica vedado à **CONTRATADA** transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos e obrigações assumidos nesse contrato, bem como caucioná-lo ou utilizá-lo para qualquer operação financeira.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – ALTERAÇÃO CONTRATUAL

19.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 81, da Lei nº 13.303/2016.

19.1.1. As alterações contratuais serão formalizadas através de Termo Aditivo.

19.2. A celebração de aditamentos contratuais deverá ser precedida de acordo entre as partes e atenderá às regras dispostas nos artigos 232 e 234, do RILC/CBTU.

19.3. Nenhum acréscimo poderá exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, facultada a supressão acima deste limite, observada, em ambos os casos, a necessidade de acordo prévio entre as partes.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. São situações ensejadoras da aplicação de sanções à **CONTRATADA**, o atraso injustificado na execução deste contrato (mora) e/ou a sua inexecução total ou parcial.

20.2. O atraso injustificado na execução deste contrato sujeita a **CONTRATADA** à multa de mora, nos termos do art. 82, da Lei nº 13.303/2016.

20.2.1. A multa moratória será de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre a parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento).

20.2.2. A multa a que alude este item não impede que a **CBTU** rescinda e/ou aplique as outras sanções previstas neste contrato.

20.3. A inexecução total ou parcial deste contrato sujeita a **CONTRATADA** às seguintes sanções, desde que observado o devido processo administrativo sancionador, garantidos o contraditório e a ampla defesa:



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

20.3.1. Advertência;

20.3.2. Multa, limitada a 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo remanescente do contrato, no caso de sua inexecução parcial;

20.3.3. Multa, limitada a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, no caso de sua inexecução total; e

20.3.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com toda a **CBTU**, incluindo a Administração Central e as Superintendências de Trens Urbanos, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

20.4. A multa aplicada será compensada com eventuais créditos em favor da **CONTRATADA** decorrentes da execução deste Contrato, observadas as disposições dos artigos 368 e seguintes do Código Civil de 2002.

20.5. Caso não seja possível a utilização da regra prevista no item anterior, a multa será executada na seguinte ordem:

20.5.1. Mediante cobrança administrativa, através do envio, pelo gestor do contrato, de Guia de Recolhimento da União – GRU, à **CONTRATADA**, para pagamento no prazo definido pela autoridade competente;

20.5.2. Mediante desconto da garantia de execução, caso prevista;

20.5.3. Mediante descontos dos pagamentos eventualmente devidos pela CBTU, caso a multa seja de valor superior ao valor da garantia prestada, sem prejuízo da perda desta; ou

20.5.4. Mediante processo de execução, valendo o presente contrato como título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, inciso III, do Novo Código Processual Civil.

20.6. A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **CBTU** poderá ser aplicada à **CONTRATADA** nas hipóteses previstas pelo art. 245, do RILC/CBTU.

20.7. As sanções previstas nesta Cláusula poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão deste contrato:

20.7.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.7.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; ou

20.7.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a **CBTU**, em virtude de atos ilícitos praticados.



20.8. O processo administrativo sancionador observará o disposto nos artigos 247 e 248, do RILC/CBTU.

20.9. Aplicam-se a este contrato as normas de direito penal previstas no Capítulo II-B do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – EXTINÇÃO E RESCISÃO

21.1. Este contrato será extinto:

21.1.1. Pela completa execução do seu objeto ou pelo advento de termo ou condição nele prevista;

21.1.2. Pelo término do seu prazo de vigência;

21.1.3. Pela sua rescisão.

21.2. A rescisão deste contrato poderá ser:

21.2.1. Por ato unilateral de qualquer das partes, precedido de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada a ser enviada a outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

21.2.2. Amigável, por acordo entre as partes reduzida a termo de distrato, desde que haja conveniência para a **CBTU**;

21.2.3. Pela via judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

21.3. Constituem motivos para a rescisão deste contrato as hipóteses previstas no art. 240, do RILC/CBTU.

21.4. Quando a rescisão deste contrato ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, desde que regularmente comprovados.

21.5. A rescisão deste contrato será devidamente publicada no Diário Oficial da União.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – RECURSO ADMINISTRATIVO

22.1. Das penalidades aplicadas em decorrência deste contrato caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da intimação ou da ciência do ato.

22.1.1. A fase recursal obedecerá ao disposto nos capítulos III e IV, do Título IV, do RILC/CBTU.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

23.1. Fica estabelecido que quaisquer avisos e/ou comunicações entre as partes serão efetuados por escrito e dirigidos para os seguintes endereços:

23.1.1. COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU;

23.1.1.1. Endereço: Endereço: Setor Bancário Norte - SBN, quadra 01, bloco B, nº 14, Edifício CNC, 9º ao 13º andar, Asa Norte, em Brasília - DF, CEP: 70.041-902;

23.1.1.2. Correio Eletrônico: Felipe Nascimento Maia (felipemaia@cbtu.gov.br)

23.1.2. ACSO CENTRAL DE SERVIÇOS DO AÇO LTDA

23.1.2.1. Endereço: Rodovia Curitiba - Quatro Barras, nº 3.585, BR 277, Sítio Cercado, Curitiba/PR, CEP: 81.935-002

23.1.2.2. Correio Eletrônico: Rafael Zoreck (rafael.zoreck@acso.ind.br)

23.1.2.3. Telefone: (41) 3512-4133

24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – ANEXOS

24.1. Integram este contrato, independentemente de transcrição, os seguintes documentos:

24.1.1. ANEXO I – Termo de Referência;

24.1.2. ANEXO II – Proposta de Preços da **CONTRATADA**, datada de 24/09/2024

24.1.3. ANEXO III – ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2024/GALIC/AC;

24.1.4. Edital PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 009/2024/GALIC/AC/CBTU; e

24.1.5. O Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios, da CBTU – RILC/CBTU, disponível em: https://www.cbtu.gov.br/images/licita-coes/rilc_cbtu_2020.pdf.

24.2. Em caso de divergência entre as disposições do presente Contrato e as dos documentos referidos nesta Cláusula prevalecerão a do Edital.

25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – CASOS OMISSOS

25.1. Os casos omissos que porventura surgirem quando da execução do objeto contratual ou da interpretação das Cláusulas deste contrato serão decididos pela **CBTU**, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303/2016 e no RILC/CBTU, bem como dos preceitos de direito privado.

26. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – PROTEÇÃO DE DADOS

26.1 As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados



pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

26.2 O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

26.3 A **CONTRATADA** obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.

26.4 A **CONTRATADA** não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual.

26.5 Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação da **CBTU**, responsabilizando-se a **CONTRATADA** pela obtenção e gestão.

26.6 A **CONTRATADA** obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas aptas a promover a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito; tudo isso de forma a reduzir o risco ao qual o objeto do contrato ou a **CBTU** está exposto.

26.7 A **CONTRATADA** ficará obrigada a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pela **CBTU** e será aplicado as sanções administrativas disposto na Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DIREITOS PATRIMONIAIS E AUTORAIS

27.1. Os direitos patrimoniais e autorais de projetos ou serviços técnicos especializados desenvolvidos por profissionais autônomos ou por empresas contratadas decorrentes da execução deste contrato passam a ser propriedade da **CBTU**, sem prejuízo da preservação da identificação dos respectivos autores e da responsabilidade técnica a eles atribuída.

27.1.1. A **CONTRATADA** fica proibida de comercializar os produtos gerados, relativos à prestação dos serviços de que trata o objeto deste Contrato.



CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - PUBLICAÇÃO

28.1. Incumbirá à **CBTU** providenciar a publicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial da União, até o último dia útil do mês subsequente ao de sua celebração.

28.1.1. No mesmo prazo estipulado no item será disponibilizada a integralidade deste contrato no sítio eletrônico da **CBTU** na *internet*.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

29.1 Fica desde já convencionado que terão pleno vigor e produzirão seus devidos e legais direitos, todos os documentos e correspondências trocadas entre as partes, na vigência do presente Contrato, desde que devidamente assinados e rubricados pelos representantes legais das empresas, munidos legalmente de poderes para a representação, ressalvando que tais documentos não implicarão necessariamente a modificação do presente Instrumento, a qual só se efetivará mediante celebração de aditivo, rerratificação ou anexos.

29.2 Este contrato obriga as partes e seus sucessores a qualquer título, constituindo-se em título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, inciso III do Código do Processo Civil.

29.3 Todas as comunicações e notificações relativas ao contrato serão efetuadas por escrito e consideradas entregues desde que comprovadamente recebidas pelo destinatário ou seu representante legal, não importando o meio utilizado, ou ainda, aquelas efetivamente entregues aquelas enviadas aos endereços constantes do preâmbulo deste contrato.

29.4 Na execução do presente Contrato é vedado à **CONTRATANTE** e à **CONTRATADA** e/ou a empregado seu, e/ou a preposto seu, e/ou a gestor seu:

- a) prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- b) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato;
- e) de qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada), do Decreto nº 8.420/2015 (conforme alterado), do U.S. Foreign Corrupt Practices Act de



1977 (conforme alterado) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis (“Leis Anticorrupção”), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA – FORO

30.1. As partes contratantes elegem o foro da Seção Judiciária do Distrito Federal – Justiça Federal, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão oriunda deste Contrato.

As Partes declaram ciência e expressam concordância que o presente instrumento poderá ser assinado por meio digital, eletrônico ou manuscrito, ou ainda de maneira mista, podendo, neste último caso, ser utilizada duas formas de assinaturas diferentes a critério das Partes, sendo que as declarações constantes deste Contrato, assinado por quaisquer dos meios acima elegidos, inclusive a forma mista, presumir-se-ão verdadeiros em relação às Partes contratantes, nos termos dispostos nos artigos 219 e 225 da Lei nº 10.406/02 (Código Civil Brasileiro), bem como ao exposto na Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no que for aplicável.

Assim, por estarem justas e contratadas, firmam o presente, por si, seus herdeiros e ou sucessores, na presença das testemunhas abaixo.

Brasília, de de 2024

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

- Contratante -

Assinado de forma digital
por JOSE MARQUES DE
LIMA: [assinatura]
Dados: 2024.12.27 12:13:38
-03'00'

José Marques de Lima
- Diretor-Presidente -

Assinado digitalmente por ADRIANA FONSECA
LINS: [assinatura]
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=videoconferencia, OU=3165111000107, OU=Secretaria de Receita Federal do Brasil - RFB, OU=ARSPRIMO, OU=RSB e-CPF-A3, CN=ADRIANA FONSECA LINS
[assinatura]
Localização:
Data: 2024.12.23 17:32:06-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.2.2

Adriana Fonseca Lins
- Diretora Técnica -

ACSO CENTRAL DE SERVIÇOS DO AÇO LTDA

- Contratada -

Assinado de forma digital por LUIZ ALFREDO BASTIANI:16005377825
Dados: 2024.12.20 16:36:39 -03'00'

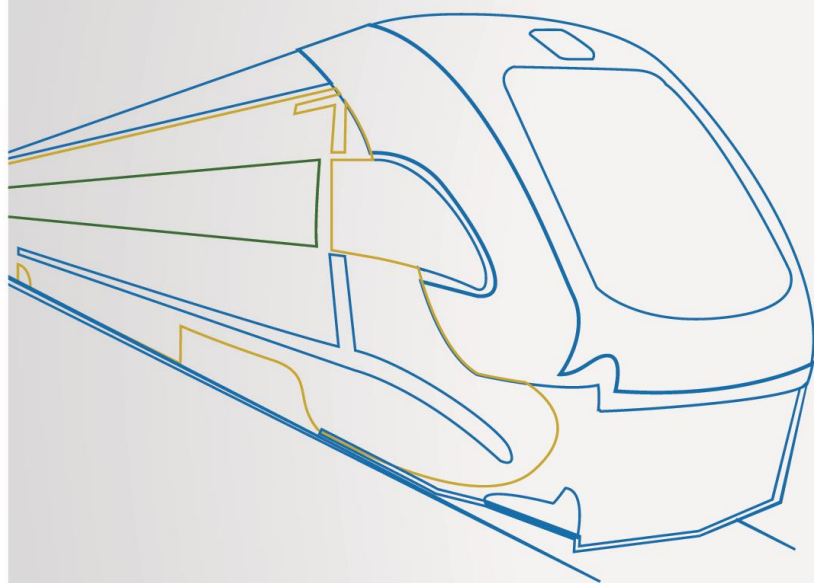
Luiz Alfredo Bastiani
- CEO -

Testemunhas:

1 - Documento assinado digitalmente
DIOGO ANTONIO DOS SANTOS
Data: 30/12/2024 10:03:40-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>
CPF:

2 - Documento assinado digitalmente
FELIPE NASCIMENTO MAIA
Data: 30/12/2024 10:08:08-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>
CPF:

TERMO DE REFERÊNCIA



CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

ANEXO I



CBTU
Companhia Brasileira de Trens Urbanos
Administração Central

TERMO DE REFERÊNCIA

(01-2024/GEENG/GAESP/DT)

AQUISIÇÃO DE TRILHOS TR-45

GERÊNCIA GERAL DE ESTUDOS E PROJETOS - GAESP
DIRETORIA TÉCNICA



CBTU
Companhia Brasileira
de Trens Urbanos



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL



Sumário

1. IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE	1
2. DEFINIÇÃO DO OBJETO	1
3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO	2
4. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO E NORMAS APLICÁVEIS	4
5. ESTIMATIVA DE PREÇO	5
6. RESPONSABILIDADES DAS PARTES	5
7. CRONOGRAMA FÍSICO DE FORNECIMENTO	9
8. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO	9
9. CRITÉRIO DE ESCOLHA DA PROPOSTA	10
10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	11
11. REGIME DE EXECUÇÃO	11
12. CONSÓRCIOS E SUBCONTRATAÇÃO	11
13. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL E DO MATERIAL	12
14. CRITÉRIOS PARA REAJUSTAMENTO	14
15. PRAZO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL E PRAZO DE VIGÊNCIA	15
16. PROCEDIMENTO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO	15
17. POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE SOCIEDADE COOPERATIVA	15
18. INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO	16
19. MATRIZ DE RISCOS	16
20. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE	16
21. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	17
22. DISPOSIÇÕES GERAIS	17
23. ANEXOS	18



TERMO DE REFERÊNCIA

1. IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE

- 1.1 A CBTU possui projetos executivos para a recuperação/remodelação e expansão de seus sistemas de trens de passageiros em Natal, João Pessoa, Recife e Maceió. Os projetos objetivam transformar os sistemas existentes em soluções de mobilidade estruturante para as respectivas regiões urbanas, tornando-os mais eficientes e confiáveis possibilitando, assim, aproveitamento de suas potencialidades de transporte de média/alta capacidade.
- 1.2 Na recuperação dos sistemas, a substituição dos trilhos é essencial para garantir segurança aos passageiros e garantir a durabilidade do material rodante.

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 2.1. O presente Termo de Referência, denominado tão somente TR, tem por objeto a aquisição de **3.034,08 toneladas de Trilhos TR-45** (massa nominal de 44,64 kg/m), novos, fabricados e ensaiados de acordo com a ABNT NBR 7590:2012. A composição química, o limite de resistência e o alongamento devem obedecer a qualidade do aço Tipo 3A, podendo ser aceito o padrão STANDARD estabelecido na Norma AREMA.
- 2.2. O objeto destina-se aos sistemas de Trens Urbanos de Natal, João Pessoa, Recife e Maceió da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU, devendo a aquisição ser feita pelo Sistema de Registro de Preços (SRP).
- 2.3. Conforme item 10 do Estudo Técnico Preliminar nº 001-2024/GEENG/DT, e considerando a natureza da contratação pretendida, o objeto pode ser caracterizado como **BEM COMUM**, nos termos do art. 113 do RILC-CBTU, combinado com o art. 3º, inciso II, do Decreto nº 10.024/2019.
- 2.4. Será adotado o Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme O Art 181 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – RILC da visto que esta contratação se enquadra nas seguintes hipóteses: I - quando pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes; II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa; e III – quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de uma área ou Unidade Administrativa da CBTU. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços não será superior a 12 meses, incluídas eventuais prorrogações, nos termos do Art 189 do RILC.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. Manter trilhos disponíveis para utilização nas respectivas Superintendências, ou seja, estar com os trilhos comprados e entregues, é fator crucial para a contratação das obras de recuperação e expansão, visto que o processo de aquisição dos trilhos demanda um longo período de tempo. Adquirir trilhos após a contratação de obras na via poderá gerar atrasos e paralizações indesejáveis.
- 3.2. Apesar das dificuldades financeiras, continuam sendo executadas ações que permitem manter o sistema em funcionamento com o mínimo de segurança, sem, contudo, atender plenamente à prática de ações importantes e necessárias para a plena recuperação dos sistemas.
- 3.3. Os trilhos sofrem com desgastes ao longo do tempo. Os desgastes são decorrentes da ação mecânica entre a roda e o trilho, os quais não possuem a mesma dureza.
- 3.4. A rapidez com que surgem os desgastes é função do raio das curvas e do peso da carga transportada pelos veículos. Há uma variável denominada desgaste específico que é a razão entre a área consumida do boleto e a área bruta da seção transversal do mesmo. O limite estabelecido para o desgaste é de 25% da área total da seção transversal do boleto.
- 3.5. É possível pontuar os principais fatores que influenciarão diretamente na durabilidade dos trilhos:
 - 3.5.1. Intensidade de tráfego;
 - 3.5.2. Peso em ton/eixo do material rodante;
 - 3.5.3. Geometria da via permanente (raios de curvas, rampas e demais elementos de geometria);
 - 3.5.4. Condições de manutenção da via permanente (estado de socaria, desnivelamento, desalinhamento e periodicidade de manutenção).
- 3.6. Nas linhas férreas da CBTU existem sistemas com trilhos que foram instalados há cerca de 30 anos e evidenciam desgastes excessivos e indicativos de substituição. Nota-se também que o inadequado estado de conservação da via permanente tem como consequências: a redução da vida útil dos trilhos, o aumento de desgaste do material rodante, o aumento do desgaste dos sistemas diretamente ligados à superestrutura, a redução de velocidade do material rodante e queda de produção operacional.
- 3.7. De acordo com o PIM01-DNIT o trilho constitui o elemento principal da estrutura da via permanente e deve cumprir os propósitos de acordo com:
 - 3.7.1. Resistir diretamente às tensões que recebe do trem e transmiti-las aos outros elementos que compõem a estrutura da via (fixações do trilho, placa de apoio, dormente, lastro e sublastro).
 - 3.7.2. Realizar a orientação das rodas dos veículos ferroviários, em seu movimento.

- 3.7.3. Servir de condutor da corrente elétrica para a sinalização e a tração nas linhas eletrificadas.
- 3.8. Parte da contratação visa a aquisição de trilhos que serão utilizados na manutenção de via permanente, onde serão realizadas as substituições dos trilhos existentes que se encontram desgastados. Outra parte dos trilhos será utilizada na duplicação e ampliação de alguns trechos, visando a eficiência operacional e a segurança no tráfego ferroviário. É importante ainda manter uma reserva técnica de trilhos de forma atender necessidades de manutenção preventiva e corretiva das vias permanentes.
- 3.9. Os quantitativos e as justificativas enviados pelas STU's e apresentados na tabela abaixo foram analisadas.

STU SOLICITANTE	JUSTIFICATIVAS/APLICAÇÃO
NATAL	O sistema de trens urbanos do Natal possui como principais características: a velocidade máxima autorizada de 60 km/h, bitola métrica e rampa máxima de 3%. Os trens característicos apresentam carga máxima de 200 KN por eixo, com base nos cálculos efetuados a partir das especificações da NBR 7590, o trilho TR-45 é o mais adequado para essa caracterização. Isto posto, aproximadamente 50% da malha da STU/NAT já contempla trilho TR-45, além de possuímos estoque de dormentes monoblocos de concreto específicos para este perfil, sendo assim, buscando a padronização no sistema, o mais indicado é manter a utilização desse tipo de trilho. Ademais, a manutenção do sistema da CBTU/STU-NAT não dispõe de maquinário adequado para manuseio de trilhos TR-57, que pela grande densidade linear, requer equipamentos robustos para atividades de implantação e manutenção, em específico, Máquinas socadoras, niveladoras e alinhadoras (Tipo Plasser & Theurer).
JOÃO PESSOA	Dos 30 km de via totais, no sistema da STU/JOP, possuímos 9 km de trilho TR45. Precisamos substituir os 21 km restantes, sobretudo porque os dormentes e fixações já foram adquiridos.
RECIFE	A necessidade de aquisição de trilhos TR-45 apresentada neste formulário tem por objetivo a substituição de antigos trilhos TR-37 na linha Diesel da CBTU Recife. Nesta linha existe um mix de trilhos TR-37 E TR-45, entretanto os trechos com TR-37 apresentam excessiva corrugação e elevada vibração quando do tráfego de VLTs, desta forma, uma vez que toda os Dormentes da linha são projetados para TR-45 e este perfil de trilho já está aplicado em grande parte da linha achamos por bem a uniformização da aplicação do trilho TR-45 em toda linha Diesel. Sendo a utilização de trilhos TR-57 apenas para as linhas Centro e Sul (elétricas).

MACEIÓ

Projeto de remodelação da via para implantação do VLT em Maceió.

- 3.10. Para determinar a Reserva Técnica de até 10% foram consideradas a expertise do setor de manutenção da via permanente e a dificuldade de adquirir trilhos de forma rápida para eventuais manutenções emergenciais, devido o mesmo ser produto de importação.

4. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO E NORMAS APLICÁVEIS

- 4.1. Indicaremos a seguir, as Especificações e Instruções de Serviços de forma a nortear o referido fornecimento, uniformizando as propostas apresentadas, permitindo desta forma uma análise mais criteriosa das mesmas.
- 4.2. A Contratada deverá observar integralmente as Especificações de Serviços Via Permanente – EMVP/16 da CBTU, Anexo V deste Termo de Referência ou obtida através do link: <https://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/manutencao-metroferroviaria/especificacaomaterial>
- 4.3. Deverão ser observadas as Normas da ABNT quando citadas na EMVP/16 da CBTU, podendo ser aceito o padrão STANDART estabelecido na Norma AREMA.
- 4.4. A presente contratação será por Sistema de Registro de Preços e terá um único vencedor do quantitativo total descrito para todas as Superintendências (todos os 4 itens: STU-JOP, STU-MAC, STU-NAT, STU-JOP).
- 4.5. Deverão ser atendidas as Normas Regulamentadoras de Segurança – NR – em vigor no Brasil e a legislação de Meio Ambiente (Lei 6.938/81).
- 4.6. Deverão ser observadas a Lei nº 13.303/2016 e o Regulamento Interno de Licitações e Contratações - RILC-CBTU.
- 4.7. Os trilhos serão fornecidos em barras de 12 metros de comprimento, conforme estabelecido na EMVP/16.
- 4.8. Os trilhos devem estar isentos de defeitos ou fendas de qualquer espécie, devendo também ser retilíneos e de seção uniforme em todo seu comprimento.
- 4.9. Os trilhos devem ser marcados conforme ABNT NBR 7590:2012.
- 4.10. Os trilhos poderão ser encomendados com furação ou sem furação, conforme solicitação prévia da CBTU.
- 4.11. Os trilhos deverão ser manuseados com cuidado para que não se danifiquem, nos embarques e desembarques.
- 4.12. Os trilhos só poderão ser embarcados fora do país, após o devido recebimento do Certificado de Aprovação e a devida aceitação do mesmo pela CBTU.

- 4.13. Todos os serviços e fornecimento dos materiais deverão ser executados de forma a atender às Normas Técnicas Brasileiras (ABNT), exigências, Especificações e Instruções de Serviços explicitadas neste Termo de Referência.

5. ESTIMATIVA DE PREÇO

- 5.1. O total estimado para a aquisição, considerando o preço da tabela de referência SICRO - Janeiro/2024, em suas respectivas regiões, segue apresentado na tabela abaixo:

DESCRIÇÃO			
Trilho ferroviário novo tipo TR-45, Qualidade 3A, em barras com comprimento de 12 (doze) metros, conforme o Termo de Referência e que atenda às EMVP 16 e a norma ABNT NBR 7590/2012.			
STU	QUANTIDADE (ton)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
ITEM 1 – NATAL- RN	1150,31	R\$ 15.490,42	R\$ 17.818.785,03
ITEM 2 – JOÃO PESSOA - PB	939,53	R\$ 15.455,22	R\$ 14.520.642,85
ITEM 3 – RECIFE - PE	456,77	R\$ 15.433,20	R\$ 7.049.422,76
ITEM 4 – MACEIÓ - AL	487,47	R\$ 15.392,23	R\$ 7.503.250,36
		TOTAL	R\$ 46.892.101,00

- 5.2. As Ordens de Execução serão emitidas considerando o quantitativo mínimo de fornecimento de 30%.

6. RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1.1 Nenhuma alteração poderá ser feita pela CONTRATADA aos termos e unidades adotadas neste documento, sob a alegação de insuficiência de dados ou informações sobre o fornecimento e os serviços de transporte, carga e descarga dos materiais, empilhagem, como também as condições existentes nos locais de entrega.
- 6.1.2 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no TR, nos seus anexos e na sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita entrega do objeto.
- 6.1.3 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste TR e na proposta aceita pela CBTU, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência, prazo de validade, bem como a garantia.



- 6.1.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990 e Art. 76 da Lei 13.303, de 2016).
- 6.1.5 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste TR ou em outro acordado com a gestão e fiscalização do Contrato, o objeto com avarias ou defeitos.
- 6.1.6 Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, comprovando a impossibilidade.
- 6.1.7 Manter, durante o fornecimento do objeto e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação, da proposta e de qualificação.
- 6.1.8 Fornecer o objeto desta contratação dentro dos melhores padrões de qualidade seguindo as especificações contidas neste TR e os normativos aplicados à fabricação do objeto do Instrumento Contratual.
- 6.1.9 Atender às observações e reclamações da fiscalização da CONTRATANTE concernentes ao fornecimento e execução do objeto.
- 6.1.10 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as leis Federais, Estaduais e Municipais e inclusive os regulamentos, normas, instruções e diretrizes que lhe forem aplicáveis e necessárias ao seu funcionamento como empresa, além da obtenção de todas as licenças, alvarás e autorizações relacionadas direta ou indiretamente ao fornecimento contratado e ao exercício de suas atividades nas jurisdições em que os mesmos acontecem.
- 6.1.11 Todas as despesas de Contrato, Seguros (inclusive de variação cambial), Leis Sociais, INSS, e outras que incidirem sobre o fornecimento, equipamentos e pessoal, serão de inteira responsabilidade da Contratada.
- 6.1.12 Será de responsabilidade exclusiva da Contratada a indenização de quaisquer acidentes de trabalho resultantes de execução dos serviços contratados, ou qualquer caso fortuito. Será também de sua responsabilidade a eventual destruição ou danificação, por terceiros, dos serviços executados, até a aceitação definitiva dos mesmos, bem como as indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, ainda que ocorridos em via pública.
- 6.1.13 Contratação de Empresa Certificadora:
 - 6.1.13.1 A Contratada deverá arcar com as despesas de contratação de empresa Certificadora, previamente aprovada pela CBTU, que atuará fiscalizando todo o processo de execução dos serviços desde o início até o término dos trabalhos, tendo livre acesso a qualquer documentação referente a estes serviços e às instalações do fabricante.



- 6.1.13.2 A CONTRATADA deverá, em até 10 dias corridos após a assinatura do contrato, apresentar a Certificadora, que deverá ter abrangência internacional, que irá trabalhar na verificação dos trilhos.
- 6.1.13.3 A Certificadora será avaliada para aprovação da CBTU, devendo, para isso, apresentar atestados que comprovem que a instituição trabalhou certificando objetos similares ao objeto desta contratação, ou seja, certificação de ensaios de fornecimento de trilhos para utilização metroferroviária.
- 6.1.13.4 Após a emissão da Ordem de Execução pela CBTU deverá ser apresentada comprovação de contratação da Certificadora escolhida em até 5 dias úteis.
- 6.1.13.5 A Certificadora apresentará para análise e aprovação da CBTU o resultado dos testes feitos para o primeiro lote de trilhos. Caso este lote seja reprovado, a contratada deverá providenciar o cronograma para execução de outro lote que deverá ter concordância da CBTU, para uma nova avaliação.
- 6.1.13.6 A reincidência de recusa do segundo lote implicará em rescisão do contrato por parte da CBTU.
- 6.1.13.7 Deverão ser acompanhados pela Certificadora os ensaios de todos os lotes de fabricação dos trilhos. Os relatórios deverão ser apresentados nos idiomas inglês e português. Caso haja rejeição de algum lote, a Contratada deverá submeter outro lote para testes em substituição ao lote rejeitado.
- 6.1.14 Serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA eventuais erros/equívocos no dimensionamento da proposta.
- 6.1.15 A CBTU não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto deste TR, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 6.1.16 Durante toda a execução do Contrato a CONTRATADA se compromete a observar integralmente os dispositivos previstos no Código de Ética, no Código de Conduta e Integridade e na Política de Transações com Partes Relacionadas, todos elaborados pela CBTU.
- 6.1.17 Para efeito de cumprimento da regra supracitada, os documentos referidos no item anterior se encontram disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos, facultando-se à CONTRATADA, ainda, solicitar formalmente cópia dos mesmos ao Gestor do Contrato:
- ❑ Código de Ética:
<https://www.cbtu.gov.br/images/home/acbtu/codigodeeticacbtu190918.pdf>;
 - ❑ Código de Conduta e Integridade:
https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/codigo_de_conduta_e_integridade.pdf;



☐ Política de Transações com Partes Relacionadas:

https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/politica_de_transacoes_com_partes_relacionadas.pdf.

6.1.18 Deverão constar na proposta de preços apresentada todas as taxas, impostos e tributos que deverão fazer parte do preço final do objeto desta Licitação.

6.1.19 A contratada deverá observar os itens referentes às obrigações da contratada que consta no Edital.

6.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.2.1 Exercer ampla fiscalização durante o fornecimento, devendo a mesma ou qualquer preposto por ela autorizado ter acesso às instalações da CONTRATADA a qualquer tempo.

6.2.2 Fiscalizar a execução do contrato de acordo com o especificado e notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada na fabricação, transporte e entrega do material.

6.2.3 Promover através de seu representante (FISCAL-CBTU e GESTOR-CBTU) o acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências e quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

6.2.4 Solicitar da CONTRATADA e de seus prepostos, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços.

6.2.5 Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido e/ou nos serviços prestados, para que sejam substituídos e/ou reparados, e/ou corrigidos.

6.2.6 Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto desta contratação, nos prazos e formas estabelecidos neste TR e seus anexos.

6.2.7 Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA ou por seus prepostos.

6.2.8 Comunicar, sempre por escrito e em tempo hábil, à CONTRATADA, quaisquer instruções e/ou procedimentos a serem adotados em relação ao objeto contratado.

☐ A CONTRATANTE deve comunicar tempestivamente à CONTRATADA qualquer alteração em relação à mudança do endereço de entrega.

6.2.9 Aplicar à CONTRATADA as penalidades contratuais e legais cabíveis, mediante procedimento administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa. As sanções administrativas aplicadas após regular processo administrativo, em decorrência de atos praticados durante a fase externa da licitação ou na execução do contrato, estão previstas no Edital e no Instrumento Contratual, observadas, ainda, as disposições legais e regulamentares.

6.2.10 A CONTRATANTE deverá aprovar a Certificadora apresentada pela CONTRATADA.

- 6.2.11 Promover o arquivamento, entre outros documentos, de projetos, “as built”, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do objeto desta contratação.
- 6.2.12 Expedir, após o encerramento do Contrato, o respectivo Termo de Encerramento, desde que não existam pendências físicas e/ou financeiras no Contrato, providenciando a correta assinatura pelas partes contratantes, observadas as normas internas da CBTU.

7. CRONOGRAMA FÍSICO DE FORNECIMENTO

- 7.1. O cronograma físico de fornecimento relativos a esta contratação consta no ANEXO III do presente TR.

8. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 8.1. A liberação para embarque dos trilhos dar-se-á após a execução de todas as verificações, ensaios e contra-ensaios sob a supervisão da Certificadora e mediante o aceite e liberação do embarque pela fiscalização da CBTU.
- 8.2. Os trilhos deverão ser carregados e transportados em amarrados com placas metálicas de identificação de modo que cheguem ao local de entrega em perfeitas condições. A Contratada poderá sugerir, opcionalmente, outro tipo de embalagem, desde que explicita detalhadamente em sua proposta o tipo de amarrado ou embalagem a ser utilizada, para que o mesmo possa ser analisado e, se for o caso, aprovado pela CBTU.
- 8.3. A responsabilidade pela carga, descarga e empilhamento do material é exclusiva da Contratada, cabendo ao responsável pelo almoxarifado da CBTU a conferência das quantidades e verificação da existência de possíveis danos ocorridos durante a carga, transporte e/ou descarga.
- 8.4. Na ocorrência de danos no material, este pode ser recusado pelo responsável pelo recebimento, lavrando no ato um Termo de Não Recebimento de Material, onde será discriminada a quantidade e o motivo do não aceite.
- 8.5. A aceitação final somente será concretizada após todos os reparos e correções necessárias exigidas pela fiscalização, e mediante a emissão pela CBTU dos Termos de Recebimento Definitivo. Não haverá recebimento provisório ou parcial.
- 8.6. Serão medidos e pagos os quantitativos previamente aprovados, fornecidos e entregues nos locais indicados pela Fiscalização em cada uma das cidades descritas neste Termo, após a atestação da qualidade e estado dos trilhos entregues, e emissão do respectivo Termo de Recebimento Definitivo da remessa.

8.7. Local de entrega: Os trilhos deverão ser entregues nos locais determinados pela Ordem de Execução emitida pela CBTU. Os endereços de entrega estão discriminados na tabela abaixo.

UNIDADE	ENDEREÇO
STU Natal	Praça Augusto Severo, 302, Ribeira – Natal/RN. CEP: 59.012-380
STU João Pessoa	Pátio de Cabedelo – Rua Cleto Campelo, s/n, Centro, Cabedelo -PB. CEP: 58.100-130.
	Estação Jacaré - Rua Jair Cunha, s/n, Jacaré, Cabedelo /PB. CEP: 58.105-700.
	Estação Bayeux - Rua Gustavo Maciel Monteiro, 847-853, Centro, Bayeux /PB. CEP: 58.307-240.
STU Recife	Rua Curumirim s/n, Pontezinha, Cabo de Santo Agostinho - PE. CEP: 54.589-015
STU Maceió	Rua Barão de Anadia,121, Centro – Maceió/AL. CEP: 57.020-630

8.8. Horário para recebimento do objeto: A entrega poderá ser feita no horário de 8h30min às 11h30min e de 13h30min às 16h00min, de segunda a sexta-feira, exceto feriados. **Para todas as localidades, a CONTRATADA deverá fazer contato prévio com a gestão do contrato, com até 48 horas de antecedência, para agendamento da entrega.**

9. CRITÉRIO DE ESCOLHA DA PROPOSTA

9.1. O critério de escolha da proposta vencedora será o de MAIOR DESCONTO, desde que a proposta e sua apresentação atendam a todos os requisitos exigidos por este TR e pelo Edital.

9.2. No valor total da proposta deverão estar incluídas todas as despesas diretas e indiretas, necessárias à completa execução dos fornecimentos contratados, além das despesas relativas ao apoio administrativo, escritórios, encargos relativos às leis sociais e trabalhistas, seguros, taxas, licenças e tributos de quaisquer natureza, que incidam ou venham a incidir sobre o Contrato ou sobre o seu objeto, indispensáveis a perfeita execução e pleno desenvolvimento dos fornecimentos, assim como o lucro da CONTRATADA.

9.3. A proposta deverá ser enviada em papel timbrado da empresa, contendo obrigatoriamente as seguintes informações:

- Nome da empresa (Razão Social);
- Endereço;
- CNPJ;
- Telefone e/ou e-mail;
- Validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias;
- Condições de pagamento em até 30 (trinta) dias após entrega da nota fiscal;
- Forma de envio (CIF);
- Prazo de execução conforme o cronograma;
- Prazo de garantia;
- Impostos inclusos;
- Assinatura do responsável pela elaboração da proposta com CPF e RG;
- Inclusão dos Dados Bancários para pagamento.

- 9.4. A forma de envio dos trilhos deverá ser CIF (Cost, Insurance and Freight), ou seja, a PROPONENTE é responsável por todos os custos e riscos.
- 9.5. Os preços das propostas deverão ser expressos em moeda corrente nacional (real) e reajustáveis conforme item 14, devendo estar inclusos os valores do IPI, do ICMS e outros impostos que vierem a incidir no preço final.
- 9.6. O PROPONENTE que não esteja localizado nos Estados de Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas deverá observar o recolhimento do diferencial de alíquota de ICMS ANTECIPADO que se aplica às mercadorias vindas de outros Estados (quando for o caso).

10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 10.1. O licitante deverá apresentar um ou mais atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica operacional em papel timbrado, assinado(s) por responsável em nível equivalente a Superintendente ou Diretor ou ocupante de cargo com poderes de administração (gerente, chefe de departamento, divisão), emitido(s) em nome da empresa proponente, por empresa pública ou privada, que comprove(m) aptidão para o fornecimento pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta contratação.
- 10.2. Obrigatoriamente o(s) atestado(s) deverá(ão) demonstrar, individualmente ou em conjunto, o fornecimento de trilhos TR-45 ou TR-57 qualidade 3A, podendo ser aceita qualidade equivalente ao padrão STANDARD estabelecido na Norma AREMA para utilização em sistemas metroferroviários, em quantidade igual ou superior a 30% do total pretendido constante do presente Termo de Referência.

11. REGIME DE EXECUÇÃO

- 11.1. O regime de contratação será de empreitada por preço unitário.

12. CONSÓRCIOS E SUBCONTRATAÇÃO

- 12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório por se tratar de um fornecimento de bens.
- 12.2. Será admitida a subcontratação para serviços acessórios à exemplo de carga, descarga, manobra, empilhamento, etc.
- 12.3. Será admitida a formação de consórcio.
- 12.4. Pessoas Jurídicas organizadas em consórcio deverão observar:
- I - Comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;



II - Indicação da pessoa jurídica responsável pelo consórcio, que deverá atender às condições de liderança fixadas no instrumento convocatório; e

III - Apresentação dos documentos exigidos no instrumento convocatório quanto a cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado.

IV - Comprovação de qualificação econômico-financeira, mediante:

a) Apresentação do somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, com um acréscimo de 30% (trinta por cento) dos valores exigidos para LICITANTE individual; e

b) Demonstração, de cada consorciado, do atendimento aos requisitos contábeis definidos no instrumento convocatório.

Os documentos relacionados nos subitens I e II adiante deverão fazer constar obrigatoriamente cláusula de responsabilidade solidária entre todos os consorciados:

I - No compromisso de constituição de consórcio a ser firmado pelos LICITANTES; e

II - No contrato a ser celebrado pelo consórcio vencedor.

O Consórcio vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, o registro do compromisso de constituição no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, na forma da lei, tendo em vista o disposto no inciso I do subitem anterior.

A substituição de consorciado no decorrer do processo licitatório ou após a assinatura do contrato deverá ser expressamente autorizada por escrito pela CBTU.

13. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL E DO MATERIAL

13.1. A CONTRATADA prestará garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo, nos termos do parágrafo primeiro, do art. 70, da Lei nº 13.303/2016, optar pelas modalidades relacionadas abaixo:

13.1.1. Caução em dinheiro: deverá ser depositada na Caixa Econômica Federal – CEF, em conta específica com correção monetária, em favor da CBTU, conforme orientação da gestão do contrato.

13.1.2. Seguro-garantia: a apólice de seguro deverá ser emitida por instituição autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, a operar no mercado securitário;

13.1.3. Fiança bancária: a Carta de Fiança deverá ser emitida por instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil – BACEN, a funcionar no Brasil.

13.2. A CONTRATADA deverá apresentar à CBTU o comprovante de prestação da garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato.

13.3. A CONTRATADA poderá solicitar por escrito, com as devidas justificativas, antes do término do prazo acima mencionado, a prorrogação do prazo para a apresentação da garantia, por igual

período, por uma única vez, cujo deferimento ficará a critério da CBTU, mediante anuência da gestão do contrato.

13.4. A garantia prestada assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

13.4.1. Os prejuízos advindos pelo descumprimento do objeto do contrato e/ou do inadimplemento das demais obrigações nele previstas;

13.4.2. Prejuízos causados à administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

13.4.3. As multas sancionatórias aplicadas pela CBTU à CONTRATADA.

13.4.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza não cumpridas pela CONTRATADA.

13.5. Não serão aceitas garantias na modalidade seguro-garantia em cujos termos não constem expressamente os eventos indicados no item anterior.

13.6. Na hipótese de a garantia se consolidar por meio de seguro-garantia ou fiança bancária, estes deverão ter validade de, no mínimo, 90 (noventa) dias além do vencimento do prazo contratual, quando então o instrumento será devolvido à CONTRATADA após a verificação do cumprimento de todas as obrigações contratuais e emissão do Termo de Encerramento do Contrato.

13.7. Quando a garantia se consolidar através de seguro-garantia, a CONTRATADA deverá comprovar o pagamento integral do prêmio.

13.8. A apólice de seguro deverá prever expressamente a responsabilidade da seguradora por todas e quaisquer multas de caráter sancionatório aplicadas à CONTRATADA.

13.9. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

13.10. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a CBTU a promover a rescisão do contrato, por descumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas deste contrato, e dos artigos 239 e 240, do RILC/CBTU.

13.11. Em caso de alteração do valor contratual, prorrogação do prazo de vigência, utilização total ou parcial da garantia pela CBTU ou, ainda, em outras situações que impliquem em perda ou insuficiência da garantia, a CONTRATADA deverá providenciar a complementação ou substituição da garantia prestada no prazo determinado pela CBTU, observadas as condições originais para aceitação da garantia estipuladas nesta Cláusula.

13.12. O garantidor deverá declarar expressamente que tem plena ciência dos termos do edital e das cláusulas contratuais.

13.13. Será considerada extinta a garantia:



- 13.13.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento da importância em dinheiro depositada a título de garantia, acompanhada de declaração da CBTU;
- 13.13.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência, caso a CBTU não comunique a ocorrência de sinistros.
- 13.13.3. Em ambos os casos previstos nos subitens anteriores, deverá ser emitido pela CBTU o Termo de Encerramento, cientificando que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 13.14. A CBTU não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:
- 13.14.1. Caso fortuito ou força maior;
 - 13.14.2. Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador;
 - 13.14.3. Descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrentes de atos ou fatos praticados pela CBTU;
 - 13.14.4. Atos ilícitos dolosos praticados pelos empregados da CBTU.
- 13.15. Caberá a própria CBTU apurar a isenção da responsabilidade prevista nos subitens do 13.14, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pela CBTU.
- 13.16. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas neste Termo de Referência.
- 13.17. Garantia do material:
- 13.17.1. Ao material objeto desse TR, Trilhos TR-45, deverá ser dada a garantia até 31 de dezembro do ano $N + 5$, sendo N o ano de fabricação, conforme o item 6.19 da EMVP 16.

14. CRITÉRIOS PARA REAJUSTAMENTO

- 14.1. O valor consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data da apresentação da proposta final adjudicada.
- 14.2. O valor do contrato será reajustado, desde que seja observada a periodicidade anual, aplicando-se a variação do Índice de Preços ao Produtor Amplo – Indústria de Transformação Metalúrgica Básica, observada a fórmula a seguir:
- $$R = P_0 \left[\frac{I - I_0}{I_0} \right] \text{ sendo:}$$
- R = Valor do reajuste procurado;
 P_0 = Valor da medição a ser reajustada;
 I = Índice de Preços do Produtor Amplo – Indústria de Transformação Metalúrgica Básica – 1006823, publicado na revista Conjuntura Econômica da FGV, correspondente ao mês de reajuste anual do contrato;



I_0 = Índice de Preços do Produtor Amplo – Indústria de Transformação Metalúrgica Básica – 1006823, publicado na revista Conjuntura Econômica da FGV, correspondente ao mês da data base.

Data Base: data limite para apresentação da proposta ou do último reajuste.

- 14.3. Tratando-se de contrato celebrado em moeda estrangeira não será aplicável a adoção do índice de reajuste nacional previsto no item 14.2, uma vez que o pagamento se dará com base no valor da moeda estrangeira vigente no dia útil imediatamente anterior à data do efetivo pagamento, nos termos do art. 23-A, § 4º, do RILC-CBTU; hipótese em que restará garantida a manutenção das condições efetivas da proposta apresentada na licitação.
- 14.4. A adoção da regra prevista no item anterior não impede a realização de revisão contratual, objetivando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nos termos do art. 81, inciso VI, da Lei nº 13.303/2016; desde que efetivamente demonstrados os requisitos legais pela parte interessada na revisão.
- 14.5. A matriz de riscos definida no Anexo IV é parte integrante deste Termo de Referência e estabelece os riscos e responsabilidades entre as partes e caracteriza o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

15. PRAZO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL E PRAZO DE VIGÊNCIA

- 15.1. **Prazo de execução:** O material deverá ser fornecido no prazo de 180 dias contados a partir do recebimento da Ordem de Execução.
- 15.2. **A vigência do contrato:** 08 meses, a partir da assinatura do contrato.

16. PROCEDIMENTO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- 16.1. A Gestão e Fiscalização do objeto desta Licitação serão exercidas por Gestor e Fiscal designados pela CONTRATANTE aos quais compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução, bem como dirimir quaisquer dúvidas e pendências, determinando a regularização das falhas mediante preposto da CONTRATADA, com amplos poderes para representá-la formalmente quanto ao objeto do contrato.
- 16.2. A Contratada deverá informar previamente à CBTU sobre o processo de fabricação adotado e as características do aço de acordo com os Itens 1, 2 e 4 deste Termo.
- 16.3. Antes do início dos serviços de laminação a contratada deverá fornecer o cronograma de produção.
- 16.4. A Fiscalização da CBTU reserva-se o direito de pedir o afastamento imediato de qualquer componente da equipe da Contratada que, em sua opinião, esteja prejudicando o bom andamento dos serviços.

17. POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE SOCIEDADE COOPERATIVA

- 17.1. Pela natureza da aquisição, não será permitida a participação de sociedade cooperativa.

18. INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO

- 18.1. Considerando que não há demanda por parte da administração pública que justifique a possibilidade de aceitação da participação de outros órgãos no lançamento da Intenção de Registro de Preços (IRP) bem como a possibilidade de adesão posterior ao Sistema de Registro de Preços (SRP) e a respectiva ATA oriunda deste Processo, não será permitida ao Processo Licitatório a aquisição através do Sistema de Registro de Preços (SRP).

19. MATRIZ DE RISCOS

- 19.1. A matriz de risco é o instrumento que define as responsabilidades da Contratante e da Contratada na execução do contrato.
- 19.2. A Contratada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, mas sem limitação, conforme estabelecido na Matriz de Risco - Anexo deste TR.
- 19.3. A Contratada não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste, cuja responsabilidade é da Contratante, conforme estabelecido na Matriz de Riscos.
- 19.4. O caso fortuito ou força maior que possam ser objeto de cobertura de seguros oferecidos no Brasil à época de sua ocorrência ou que estejam previstos na Matriz de Riscos são de responsabilidade da Contratada;
- 19.5. É vedada a celebração de termos aditivos decorrentes de eventos alocados na matriz de riscos como de responsabilidade da Contratada.

20. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

- 20.1. Ao longo da execução de todo o processo objeto desta licitação, devem ser respeitadas toda a legislação aplicável relacionada ao meio ambiente e sustentabilidade conforme abaixo:
- ☐ Resolução CONAMA nº 307/2002 - Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, incluindo ações de redução, reutilização, reciclagem e destinação final adequada desses resíduos.
 - ☐ Resolução CONAMA nº 448/2012 - Dispõe sobre critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental de empreendimentos rodoviários, ferroviários, hidroviários, portuários e aeroviários, incluindo obras de infraestrutura e construção civil associadas a esses empreendimentos.
 - ☐ ISO 14001:2015 - Sistemas de gestão ambiental - Requisitos com orientações para uso - Embora não seja uma norma específica para concreto, a ISO 14001 estabelece requisitos para a implementação de um sistema de gestão ambiental, ajudando as organizações a identificar e controlar seus impactos ambientais, incluindo aqueles associados à produção de concreto.



- ☐ Lei Federal nº 6.938/81 - Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Esta lei estabelece princípios e diretrizes para o uso racional dos recursos naturais, a preservação e a recuperação da qualidade ambiental, entre outros aspectos.
 - ☐ Lei Federal nº 9.605/98 - Lei de Crimes Ambientais. Esta lei define crimes ambientais e suas penalidades, incluindo danos a áreas de preservação permanente, desmatamento ilegal, poluição hídrica, entre outros.
- 20.2. Deverá ser apresentado, pela CONTRATADA, o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras - CTF/APP, em plena vigência, emitido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 23/08/2021, alterada pela Instrução Normativa IBAMA nº 6, de 27/01/2022.
- 20.3. Durante a entrega no almoxarifado da CBTU, a CONTRATADA deverá seguir as recomendações do Comitê de Sustentabilidade da unidade designada para recebimento do material.

21. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1. Considerando o Art. 183 do Regulamento Interno de Licitação, Contratação Direta, Contratos e Convênios da CBTU — RILC CBTU, conforme abaixo:

“Art. 183. Na licitação para Registro de Preço não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.”

22. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 22.1. A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.
- 22.2. A CBTU é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados.
- 22.3. A contratação pretendida reger-se-á, especialmente, pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 - Estatuto Jurídico das Empresas Estatais, pelo Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 – PREGÃO ELETRÔNICO e pelo Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios da Companhia Brasileira de Trens Urbanos CBTU - RILC, disponível em: https://www.CBTU.gov.br/images/licitacoes/rilc_CBTU.pdf.
- 22.4. Em caso de divergência ou contradição entre as disposições constantes neste TR e na legislação pertinente, prevalecerão as disposições legais vigentes; o que poderá, inclusive, dar ensejo a celebração de termos aditivos.
- 22.5. A CONTRATADA se compromete por si, seus empregados e prepostos, a manter a mais estrita confidencialidade, em relação ao conteúdo dos procedimentos e normas da CBTU, ou de



qualquer informação que vier a receber, ou que tomar conhecimento, em virtude da presente contratação.


- 22.6. Os casos omissos que porventura surgirem quando da execução dos serviços contratados serão decididos pela CBTU, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303/2016 e no RILC-CBTU, bem como dos preceitos de direito privado.
- 22.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste TR excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na CBTU.
- 22.8. As demais formalidades inerentes ao fornecimento do objeto desta contratação deverão estar em conformidade com o Instrumento Contratual.

23. ANEXOS


Os anexos relevantes e necessários ao TR podem ser obtidos através do link:

https://drive.google.com/drive/folders/1xhchVtMNTVHrhmyb-_6hE-FgDpSPH2dc?usp=sharing


Brasília, 26 de junho de 2024.

Documento assinado digitalmente
 **ANDRE CORREA JOIA**
Data: 26/06/2024 13:31:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Andre Correa Joia
Analista Técnico – Eng Civil
Adj DT - CBTU/AC

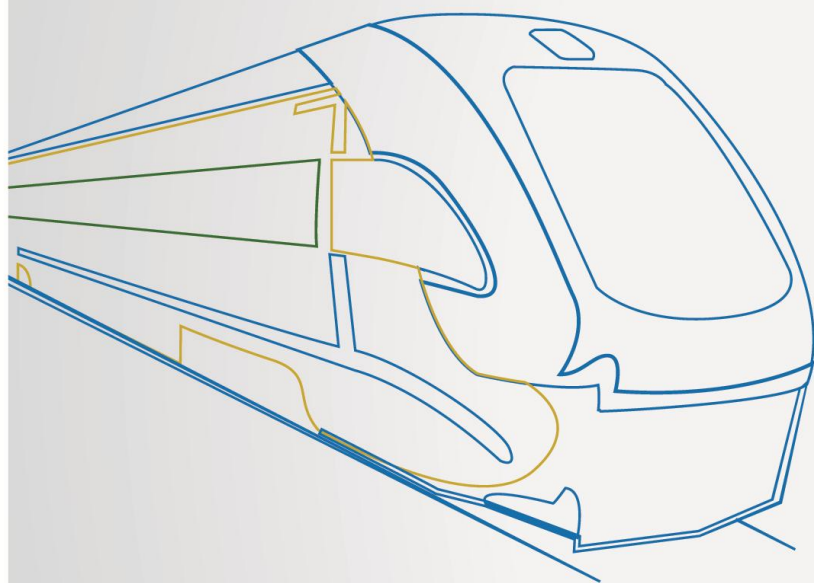
Documento assinado digitalmente
 **JOSE JURANDI LOPES CAMPOS**
Data: 26/06/2024 13:47:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Jose Jurandi Lopes Campos
GAESP - CBTU/AC

Documento assinado digitalmente
 **AMARILDO WAGNER DE CARVALHO FONSECA D**
Data: 26/06/2024 13:49:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Amarildo Wagner de Carvalho Fonseca Doria
Gerência Técnica de Engenharia Civil – GEENG
CBTU

PROPOSTA DE PREÇOS



CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

ANEXO II

PROPOSTA DE PREÇOS

OBJETO: Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de trilhos ferroviários modelo TR-45, conforme especificações constantes no Termo de Referência e seus anexos. Incluindo a fabricação, carga, transporte internacional e nacional, processo de desembaraço alfandegário e internalização no Brasil se necessário e a descarga nos endereços de entregas.

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA LICITANTE:

RAZÃO SOCIAL: ACSO CENTRAL DE SERVIÇOS DO AÇO

CNPJ: 13.692.691/0001-83

ENDEREÇO: ROD. CURITIBA / QUATRO BARRAS, NR 3585, UMBARA – CEP: 81.935-002

CURITIBA – PARANÁ

FONE: 41 99167-2307 / 3512-4133

rafael.zoreck@acso.ind.br

PROPOSTA

DESCRIÇÃO

Trilho ferroviário novo tipo TR-45, Qualidade 3A, em barras com comprimento de 12 (doze) metros, conforme o Termo de Referência e que atenda às EMVP 16 e a norma ABNT NBR 7590/2012.

STU	QTDE (TON)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
ITEM 1 - NATAL - RN	1.150,31	R\$ 8.345,7702	R\$ 9.600.222,95
ITEM 2 - JOÃO PESSOA - PB	939,53	R\$ 8.345,7702	R\$ 7.841.101,50
ITEM 3 - RECIFE - PE	456,77	R\$ 8.345,7702	R\$ 3.812.097,47
ITEM 4 - MACEIÓ - AL	487,47	R\$ 8.345,7702	R\$ 4.068.312,61
3.034,08			R\$ 25.321.734,5400

1) Esta proposta é válida por (90) dias, a contar da data de sua apresentação.

OBS: as propostas com prazo inferior a 90 (noventa) dias serão desclassificadas.

2) Nos valores apresentados acima já estão inclusos todos os custos necessários decorrentes do fornecimento do objeto, bem como já incluídos todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre objeto dessa licitação.

3) Declaramos estar em pleno acordo com todas as condições, obrigações e prazos constantes no Edital e seus Anexos.

Luiz Alfredo Bastiani

CEO

RG n. [REDACTED]

CPF/ [REDACTED]

Curitiba-Paraná, 24 de setembro de 2024

13.692.691/0001-83

ACSO
CENTRAL DE SERVIÇO DO AÇO LTDA

ROD. CURITIBA-QUATRO BARRAS Nº 3.585 - BR 277
SÍTIO CERCADO - CEP: 81935-002

CURITIBA - PR



www.acso.ind.br